

feamFUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

FEAM	
Protocolo nº: 391758/2010	FUNDAÇÃO ESTADUAL
Divisão: PRO 15/6/10	156
Mat. _____	FL. Nº
Visto: <i>[assinatura]</i>	MEIO AMBIENTE

PARECER JURÍDICO

AUTUADO: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA PARAISENSE LTDA.	CONVERSÃO DE ADVERTÊNCIA EM MULTA
PROCESSO Nº: 00475/2001/002/2006	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 3724/2006	
TIPO DE INFRAÇÃO: grave	
PORTE: médio	

I - RELATÓRIO

O empreendimento Cooperativa Agropecuária Paraisense Ltda. foi autuado em 24.4.2006 pela prática da infração grave prevista no art. 19, §2º, item 2, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02, *in verbis*:

Art. 19.(...)

§ 2º - São consideradas infrações graves:

(...)

2. descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas na Licença de Operação, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;

O autuado, regularmente notificado, não apresentou defesa.

Em razão da autuação foi aplicada pela FEAM, em 24.4.2008, uma penalidade de advertência, para o autuado sanar as irregularidades constatadas no prazo de 90 dias, sob pena de conversão da advertência em multa no valor de R\$ 7.449,76.

O autuado, regularmente notificado, apresentou Pedido de Reconsideração intempestivo.

II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por constatar que o empreendimento descumpriu determinação formulada por órgão seccional de apoio, quanto ao encaminhamento à FEAM, dos relatórios de monitoramento dos efluentes líquidos, solicitados via email no dia 13.12.2004, e programa de automonitoramento de resíduos sólidos, solicitados por meio do ofício OF DIALE 319/2004.

O Pedido de Reconsideração foi protocolizado fora do prazo legal. Conforme os artigos 29 e 32, § único, do Decreto 39.424/98, o prazo de 20 dias para a interposição do pedido de reconsideração conta-se do recebimento, pelo infrator, da

[assinatura]

notificação da imposição das penalidades. Na contagem dos prazos adota-se a regra do Código de Processo Civil: exclui-se o dia do começo e inclui-se o dia do vencimento. Tendo o autuado recebido a referida notificação em 16.5.2008, o prazo para apresentação do pedido venceu no dia 9.6.2008. Dessa forma, o pedido de reconsideração é intempestivo, haja vista que foi interposto somente em 24.6.2008, razão pela qual não merece ser conhecido.


Em consulta ao SIAM, nesta data, constatou-se que o autuado não providenciou a regularização ambiental do seu empreendimento.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, recomenda-se ao Vice-Presidente da FEAM o **não conhecimento do Pedido de Reconsideração e a conversão da advertência em multa, no valor de R\$ 7.449,76**, nos termos do art. 3º, § 3º, da DN COPAM 61/2002 e do art. 1º, II, “b” da DN COPAM 27/98 c/c art. 96 do Decreto 44.844/2008.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 31 de maio de 2010.

Autora: Carulina de Freitas Chagas Consultora Jurídica OAB/MG 117.151	Assinatura: 
Aprovado por: Joaquim Martins da Silva Filho Procurador- Chefe da FEAM OAB/MG 16.076 - MASP 1043804-2	Assinatura: 